

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério Cêzar de Cerqueira Leite, Osvaldo Perálva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otávio Frias Filho (secretário)

O conservadorismo do Centrão

Os rótulos de “conservador” e “progressista”, em especial no que diz respeito a temas constitucionais, têm-se prestado a uma utilização abusiva e equivocada entre algumas forças políticas. A concessão indiscriminada de benefícios, sem qualquer preocupação quanto às reais possibilidades de efetivá-los, é assim tratada quase automaticamente como sendo de inspiração “progressista”; determinadas propostas se revestem de uma aura de intocabilidade que termina por conduzir o debate a um paroxismo de irracionalidade e preconceito.

Do mesmo modo, sugestões no sentido de aperfeiçoar o desenvolvimento econômico do país, estimulando os investimentos produtivos, a adoção de tecnologia sofisticada e a busca de maior eficiência — objetivos que só podem contribuir para a melhoria do padrão de vida da população — passam a ser vistas como extremamente conservadoras, num processo que nada mais faz exceto confundir o problema da produção de riquezas com o de sua distribuição à sociedade.

Numa curiosa distorção ideológica, com efeito, julga-se mais importante instituir pretensas vantagens no âmbito do processo produtivo — sem indagar quais os custos, em termos de ineficácia e de retrocesso técnico, que podem acarretar — do que possibilitar mecanismos pelos quais, a partir de um desenvolvimento econômico crescente, de um aumento dos bens produzidos pela sociedade, estes possam ser distribuídos de forma mais justa.

O privilégio conferido à produção, em detrimento do problema da distribuição de riquezas, teria sentido se o debate constitucional se desse em torno do regime econômico como um todo — isto é, da opção entre capitalismo e socialismo —, tema distante da realidade política brasileira e das próprias preocupações do Congresso constituinte. A questão se desloca, assim, de seu âmbito original, para introduzir-se onde não é adequada; ao orientarem suas propostas nessa direção, alguns dos chamados “progressistas” terminam colocando, na realidade, uma opção que não é mais entre justiça ou injustiça social, talvez nem mesmo entre “esquerda” e “direita”, mas sim entre o desenvolvimento econômico e a estagnação — com as emendas aparentemente “progressistas” respondendo, em sua maioria, pelo segundo pólo da alternativa.

Este raciocínio ganha especial pertinência quando se examinam as emendas apresentadas pelo chamado “Centrão” ao projeto constitucional. Visando retirar do texto os seus absurdos mais patentes, como a estabilidade no emprego, o monopólio estatal na distribuição de combustíveis ou a aposentadoria correspondente ao último salário do trabalhador, esse grupo tende a atrair para si uma pecha de conservadorismo que, a despeito de sua composição partidária e da atuação anterior de muitos de seus membros, é neste caso descabida. Novamente, importa ressaltar que está em jogo, antes de tudo, a viabilidade do sistema econômico brasileiro, ameaçada por atitudes puramente irrealistas e demagógicas, e não um pretenso problema de justiça social ou de sensibilidade a reivindicações trabalhistas.

Se, na maioria dos casos, o que ressalta das propostas do Centrão deriva mais de uma perspectiva de bom senso do que de um “parti pris” ideológico, deve-se advertir para os pontos em que a crítica ao conservadorismo desse agrupamento surge, de fato, como pertinente e incontornável. A pretensão de abolir o imposto sobre grandes fortunas, proposto no projeto constitucional, é uma dessas atitudes em que o interesse pela manutenção de privilégios, o descompromisso com propósitos redistributivos e a desatenção frente às enormes desigualdades sociais existentes no país passam para o primeiro plano, evidenciando uma posição política merecedora das condenações que, incorretas com relação a diversos outros pontos, têm sido dirigidas ao Centrão.

Trata-se precisamente de um aspecto em que o desenvolvimento econômico, a atração de investimentos estrangeiros ou as possibilidades financeiras do Estado não estão, de modo nenhum, sob ameaça. Uma tributação mais justa, que incida sobre quem realmente tem condições de pagar, como é o caso das propostas em favor de um imposto sobre grandes fortunas, aponta para um progressismo autêntico e factível, que cuide de redistribuir riquezas e não de criar entraves à sua produção. Insurgindo-se contra isto, o Centrão só contribui para a imagem negativa que detém junto a ponderáveis setores da opinião pública, e para reiterar, desta vez justificadamente, as críticas quanto a seu conservadorismo e insensibilidade social.